

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 10.424 - DF
(2006/0235407-6)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO
ESTADO DE RONDÔNIA - SINDSEF/RO
ADVOGADO : RAUL RIBEIRO DA FONSECA FILHO E OUTRO(S) -
RO000555
EXECUTADO : UNIÃO
INTERES. : ABIGAIL LIMA CORDEIRO
INTERES. : ADELAIR FRANCISCA DA SILVA
INTERES. : ADELIA BEZERRA COSTA
INTERES. : AGLACY LINS LOBO DA SILVA
INTERES. : AIDE BELTRÃO DE SOUZA COELHO
INTERES. : ALAIDE LEANDRO DE CARVALHO COSTA
INTERES. : ALBERTINA LIMA FURTADO
INTERES. : ALCHIDEA FERREIRA CUNHA
INTERES. : ALDA SOARES SILVA
INTERES. : ALDACIR MARIA DE A COUCEIRO
INTERES. : ALMERINDA LOPES
INTERES. : ALMERINDA RIBEIRO DE CARVALHO
INTERES. : ANA LUCIA DOURADO
INTERES. : ANA ROSA HERZOG RAMOS
INTERES. : ANAIR PEREIRA TROCHMANN
INTERES. : ANELINA FERNANDES PEREIRA
INTERES. : ANITA VIANNA KOTTWITZ
INTERES. : ANTONIA AMÉLIA DE SOUZA
INTERES. : ANTONIA ANA DE SOUZA MOREIRA
INTERES. : ANTONIA BRITO DE MACEDO ONOFRE
INTERES. : ANTONIA FERREIRA DA COSTA
INTERES. : ANTONIO DAMACENO BITTENCOURT
INTERES. : APARECIDA FERNANDES DE SOUZA
INTERES. : APARECIDA R DA SILVA OLIVEIRA
INTERES. : ASSULIVAN NUNES SILVA LOPES

DECISÃO

Apresentados os cálculos pela Coordenadoria de Execução Judicial, elaborados com base no julgamento dos embargos, foram expedidas as requisições de pagamento (fl. 321), exceto em relação a ANAIR PEREIRA TROCHMANN e ANELINA FERNANDES, por divergência de nome (fl. 322).

Foram, também, expedidas as requisições daqueles que celebraram o acordo com a executada (fl. 242).

Intimada a regularizar a situação (fls. 260), a exequente não se

Superior Tribunal de Justiça

manifestou no prazo devido (fl. 276).

É o relatório.

Com a expedição das requisições de pagamento, ocorreu o esgotamento da prestação jurisdicional.

A resolução da pendência nestes autos depende de diligência da parte interessada em apresentar documento que justifique a divergência de nome indicada pela CEJU.

Havendo o julgamento definitivo do RE 870.947/SE pelo STF, assim como já consignado na decisão de fls. 279-280, os valores bloqueados relativos à diferença entre índices de correção monetária poderão ser levantados, se for o caso.

Diante do exposto, **determino o arquivamento dos autos**, com a ressalva de que poderão ser reativados desde que apresentada a documentação necessária no prazo legal.

Publique-se. Intimem-se

Brasília (DF), 26 de setembro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção